



Município de
Resende

Ata nº. 03/2012

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 06.02.2012**

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO; -----

PRESIDENTE: -----

António Manuel Leitão Borges (PS); -----

VEREADORES: -----

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD); -----

Maria Dulce Pereira (PS); -----

Albano António Alves dos Santos (PS); -----

Fernando Jorge Teixeira (PS); -----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PSD); -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h30 quando o Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião. -----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Fernando Alberto Pinto, residente em Cárquere, solicitou a palavra para manifestar a sua indignação quanto ao eventual encerramento do Tribunal Judicial de Resende, previsto no âmbito do novo mapa judiciário da reforma da justiça. -----

Presidente da Câmara – Começou por comunicar aos Senhores Vereadores que na próxima sexta-feira estará presente no concelho o Senhor Ministro da Segurança Social, Dr. Pedro Mota Soares, o qual irá presidir à cerimónia de inauguração das novas instalações do lar de jovens deficientes e fisioterapia da Santa Casa da Misericórdia de Resende, convidando todos a estarem presentes. Quanto ao assunto abordado pelo munícipe Fernando Alberto Pinto, referiu que teve já oportunidade de tomar posição sobre esta matéria, quer fazendo comunicações para a comunicação social nacional, quer enviando uma carta aos munícipes. Solicitou também uma audiência à Senhora Ministra da Justiça, bem como convocou para a próxima quinta-feira uma reunião conjunta de Presidentes de Câmara, no âmbito da Associação de Municípios do Douro Sul, onde também estarão presentes também os restantes Presidentes de Câmara dos concelhos do Círculo de Lamego (Mesão Frio, Régua e Castro Daire) e ainda os Delegados da Ordem dos Advogados de cada uma das



Comarcas envolvidas, tendo em vista abordar a questão do novo mapa judiciário. Trata-se de um assunto muito delicado, que diz respeito a todos, sobre o qual já tomou posição (bem como outras pessoas o fizeram), com uma enorme gravidade para Resende e relativamente ao qual pretende agendar este assunto para a próxima reunião de câmara. É necessário ter um plano de ação e ir até às últimas consequências, pois a extinção do nosso tribunal colide com o esforço de dinamização e desenvolvimento que se tem vindo a fazer no concelho, para além de ter como pressupostos dados que não correspondem à verdade, como seja o facto de não existirem mais de 250 processos por ano (existem muito mais de 250), o edifício do tribunal ser propriedade da câmara (quando é do Estado), existir um posto de atendimento de Julgado de Paz no concelho (quando não existe) e o concelho ter boas acessibilidades para os concelhos vizinhos (quando também não é verdade). Esta é uma medida, que a concretizar-se, representa um rude golpe na economia do concelho. Em 2000, antes da nossa chegada à Câmara, o índice de poder de compra concelhio era de 36,49%, em 2009, ano dos últimos dados oficiais, Resende subiu para 49,43%. Esta melhoria de cerca de 35% e este caminho de crescimento fica ameaçado se o Tribunal encerrar, sendo por isso necessário estabelecer uma estratégia comum de combate a esta intenção do governo.-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Disse que o encerramento de serviços descentralizados da administração central no nosso concelho é sempre um assunto que na sua opinião nos une a todos, uma vez que qualquer um deles constitui um fator de dinamização económica de que não podemos abdicar e como tal, logicamente, estamos todos juntos na defesa da manutenção destes serviços no concelho de Resende. Referiu que o PSD, no próprio dia em que foi conhecido este estudo, divulgou um comunicado e efetuou contactos com diversas estruturas do partido e com os deputados eleitos pelo círculo de Viseu, estando disponível para todas as diligências que for necessário executar.-----

Por proposta do Senhor Presidente da Câmara, **foi deliberado por unanimidade**, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, reconhecer urgência em deliberar sobre os seguintes assuntos, não incluídos na ordem do dia:-----

JOSÉ FERNANDO PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº101/02.-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), **tendo sido aprovada por maioria (abstenção do**



Vereador Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS), por não ter estado presente na última reunião.-----

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA; -----

A Câmara tomou conhecimento de que as **receitas orçamentais**, constantes do Resumo Diário da Tesouraria, respeitante ao **dia 31 de janeiro de 2012, eram de 113.197,52€** (cento e treze mil cento e noventa e sete euros e cinquenta e dois cêntimos) e as **operações de tesouraria de 414.723,35€** (quatrocentos e catorze mil setecentos e vinte e três euros e trinta e cinco cêntimos). **Tomou também conhecimento de que desde o início do ano houve de receita 855.226,76€** (oitocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e vinte e seis euros e setenta e seis cêntimos), **de despesa cabimentada 6.649.484,11€** (seis milhões seiscentos e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e onze cêntimos) e de **despesa paga 754.422,85€** (setecentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e dois euros e oitenta e cinco cêntimos).-----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A AUTARQUIA; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Deu nota de que no mapa de isenções de pagamento pela utilização das ex-scuts, relativamente à A25, o concelho de Resende não consta como beneficiário dessa medida, ao contrário do que acontece, por exemplo, com Lamego e Mesão Frio, sendo que no distrito de Viseu para além de Resende, só Cinfães também não beneficia dessa isenção. Embora sabendo que tal situação resulta da NUT em que o nosso concelho está inserido, solicita os bons ofícios do Senhor Presidente da Câmara junto das entidades competentes, no sentido de Resende também passar a beneficiar da isenção em causa.-----

Presidente da Câmara – Concordou que de facto a situação resulta da NUT em que o nosso concelho está inserido e informou que apesar de a diligência solicitada já ter sido efetuada, repetirá a mesma por forma a solicitar esclarecimentos e a correção da situação.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”;-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----



C.2. ALBERTO PINTO RABAÇA – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº 184/96;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que terminou o prazo de validade da licença e a obra não se encontra concluída.---

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

C.3. LAMEGÁS – COMERCIALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE GÁS DE LAMEGO, LD.^a – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº201/06;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que não foi requerida nova emissão de alvará dentro do prazo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

C.4. REPSOL GÁS PORTUGAL, S.A. – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº118/07;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que não foi requerida nova emissão de alvará dentro do prazo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

C.5. MARIA ADELAIDE JESUS FONSECA - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE PROCESSO DE OBRAS Nº125/06;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que não foi requerida nova emissão de alvará dentro do prazo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

C.6. ANTÓNIO FERNANDO DOS SANTOS - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE PROCESSO Nº 117/07;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que terminou o prazo de validade da licença e a obra não se encontra concluída.



Em sede de audiência prévia o requerente alegou insuficiência económica, tendo a DOPU informado que não obstante a declaração de caducidade, poderá o requerente beneficiar do disposto no artigo 72º do RJUE -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

C.7. FERNANDO MIGUEL CUSTÓDIO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE PROCESSO Nº 171/06;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que terminou o prazo de validade da licença e a obra não se encontra concluída. Em sede de audiência prévia o requerente alegou que julgava que o processo já se encontrava concluído, tendo a DOPU informado que caso o órgão executivo aceite o alegado pelo requerente deverá ser concedido o prazo de 45 dias para apresentação dos documentos em falta.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (conceder o prazo de 45 dias).**-----

C.8. POLINÉRGIA - GESTÃO E INVESTIMENTOS, S.A. - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE PROCESSO Nº 3/2010;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que terminou o prazo de validade da licença e a obra não se encontra concluída. Em sede de audiência prévia o requerente alegou que ainda não procedeu a entrega do elemento em falta devido a dificuldades em efetuar a retificação do registo de propriedade da conservatória, tendo a DOPU informado que caso o órgão executivo aceite o alegado pelo requerente deverá ser concedido o prazo de 45 dias para apresentação dos documentos em falta.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (conceder o prazo de 45 dias).**-----

C.9. PRÉMIO EÇA DE QUEIRÓS – PROJETO DE REGULAMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento do Prémio Eça de Queirós.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----



C.10. OFICINA DE TEATRO EÇ´AGORA – PROJETO DE REGULAMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento da Oficina de Teatro Eç´agora.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.11. REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - VOTO DE PROTESTO - ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FELGUEIRAS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para conhecimento, cópia da ata da Assembleia de Freguesia de Felgueiras relativa ao voto de protesto contra a reforma da administração local.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento, expressar um voto de compreensão pela situação e comunicar que a Câmara Municipal seguirá com atenção o desenvolvimento deste assunto, sendo que existe agora uma nova proposta e novos critérios.**-----

C.12. ANTÓNIO FERREIRA – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA FATURA DA ÁGUA RELATIVA AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2011;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, um requerimento em nome de António Ferreira, a solicitar o pagamento da fatura da água do mês de dezembro de 2011, em quatro prestações.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, ratificar nos termos da informação dos serviços.**-----

C.13. EVENTOS CULTURAIS – ANO 2012 – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta da senhora Vereadora do Pelouro, Prof. Dulce Pereira, para a realização de eventos culturais ao longo do ano de 2012.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar.**-----

C.14. ESCOLAS DE MÚSICA – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA O ANO 2012;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a celebração de acordos com as



escolas de música para o ano de 2012.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, unanimidade, aprovar a celebração de acordos em termos idênticos aos do ano anterior.**-----

C.15. EVENTOS DESPORTIVOS – ANO 2012 – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta do Vereador do Pelouro, Eng. Fernando Teixeira, para a realização de diversos eventos desportivos ao longo do ano de 2012.-

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 abstenções do PSD), aprovar.**-----

C.16. PEDIDO DE APOIO – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – PORTUGAL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de apoio financeiro da ANDDI – Portugal (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual) para as despesas inerentes à realização do evento “Campeonatos Nacionais Individuais e V Torneio Aberto de Ténis de Mesa “Cereja em Flor”, a realizar no dia 05 de maio de 2012.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar conceder apoio logístico e alimentação.**-----

C.17. CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ACTIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS 2012 – II PROPOSTA DO JÚRI;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta do Júri elaborada nos termos do nº4 do artigo 7º, das Normas para a Concessão de Apoio Financeiro às Atividades de Interesse Público Municipal.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções;-----

Vereador Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PSD) – Informou que a justificação de voto da sua bancada tem por base os mesmos argumentos que foram utilizados aquando da votação da generalidade dos subsídios para 2012.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (2 votos contra do PSD), aprovar.**---

C.18. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – ACORDÃO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DO PORTO – JOSÉ FERNANDO PINTO – EDIFÍCIO MULTIFUNCIONAL – LUGAR DO PAÇO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta de deliberação apresentada pelo Senhor Presidente.-----



Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos da informação jurídica que lhe serviu de base.**-----

C.19. GRUPO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DE SÃO PEDRO DE PAUS – FESTA DA CEREJEIRA EM FLOR – GRAVAÇÃO DE CD – PEDIDO DE APOIO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido do Grupo Folclórico e Etnográfico de São Pedro de Paus a solicitar apoio financeiro para a realização do evento Festa da Cerejeira em Flor e para a gravação de um CD.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar conceder apoio em termos idênticos aos do ano anterior.**-----

C.20. PROPOSTA – PARECER PRÉVIO GENÉRICO À CELEBRAÇÃO E RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.21. JOSÉ FERNANDO PINTO – DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº101/02;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a declaração de caducidade do processo uma vez que terminou o prazo de validade da licença e a obra não se encontra concluída. Em sede de audiência prévia o requerente manifestou não ver inconveniente na declaração de caducidade.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação dos serviços (declarar a caducidade).**-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião, eram 11h30, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos submetidos a decisão do órgão. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Município de
Resende

Engº António Manuel Leitão Borges
Presidente da Câmara Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU